

## Mato Grosso ignora MP e flexibiliza lei do garimpo

Lei votada pela Assembleia Legislativa repete permissão prevista em projeto do ano passado suspenso por uma liminar. Especialistas dizem que novo texto mantém ilegalidades e criticam impactos socioambientais

LUCAS ALTINO  
luc.altino@globo.com.br

A Assembleia Legislativa do Mato Grosso aprovou na segunda-feira uma lei que permite o desmatamento para mineração de áreas de reserva legal em propriedades rurais. O texto foi feito a partir de um acordo do governo estadual com o Ministério Público, depois de outra lei sancionada há um ano, com a mesma autorização, ter sido questionada nos tribunais.

A relação do governador do Mato Grosso, Mauro Mendes (União Brasil), com a mineração é criticada pela oposição. Em novembro, o filho mais velho do governador, Lucas Taveira Mendes, foi alvo de uma investigação da Polícia Federal sobre duas empresas de mineração em que é sócio e que teriam atuado na importação ilegal de mercúrio para a extração de metais.

A lei autoriza proprietários a usar áreas destinadas à reserva legal — limites obrigatórios de preservação da vegetação em uma propriedade — desde que ela seja transferida para outro local, no mesmo bioma, e com tamanho



**Terra ferida.** Garimpo ilegal em terra indígena de Mato Grosso; deputados aprovaram atividade em reservas mantidas em propriedades privadas



Vai para sanção. Assembleia Legislativa votou projeto de lei na segunda-feira

pelo menos 10% maior.

A autorização segue o que previa a lei anterior, do ano passado, do deputado estadual Carlos Avallone (PSDB). As novidades foram a exigência de compensação no mesmo bioma e o aumento da nova área. O texto também suprimiu a previsão de compensação de reserva legal dentro de unidades de conservação e proíbe o uso de mercúrio.

Por alterar o Código Florestal, uma lei federal, e le-

gislar sobre mineração, atribuição da União, o Ministério Público do Mato Grosso entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no Tribunal de Justiça contra a lei anterior. Consultoria jurídica do Observatório Socioambiental do MT, Edileine Fernandes do Amaral diz que o instituto vai provocar o Ministério Público. —(O projeto) ataca o princípio do não retrocesso ambiental e traz permissões que o Código Florestal não

traz. Um estado não pode ser mais permissivo do que a União — diz Amaral. — Há risco de contaminação com minérios pesados e vai ser estimulado o desmatamento para produção rural. Mineração pode ser até extração de cascalho. Em seguida, poderiam fazer plantações de soja. O Mato Grosso não tem condição de fiscalizar as compensações ambientais.

### DEMANDA DE EMPRESAS

A Secretaria de Meio Ambiente do Mato Grosso informou que a lei atende a uma demanda de empresas de construção de rodovias e do setor de calcário, usado na pavimentação de estradas. O órgão alega que há legislações semelhantes em Rondônia, em Goiás e em Minas Gerais, e não haverá nenhum prejuízo ambiental com a relocação de reserva.

A secretaria acrescentou que a autorização não valerá para parques, reservas indígenas ou área de preservação permanente. O Ministério Público do Mato Grosso afirmou que uma "eventual atuação" só ocorrerá quando a lei for sancionada, mas ressalvou que a possibilidade de relocação da reserva legal se "for identificado que não haverá prejuízo ambiental", e em casos excepcionais, sem novos desmatamentos.

## Paralisação no Ibama suspende licenças e afeta novo PAC

Área de licenciamento interrompe análise de novos empreendimentos

Em um novo passo da paralisação de atividades do Ibama, o núcleo de licenciamento ambiental anunciou, na terça-feira, a suspensão de emissão de licenças de obras e de autorizações de supressão de vegetação. A medida pode afetar as obras do novo PAC, programa de investimentos do governo Lula, como as de perfuração e extração de petróleo na foz do Rio Amazonas, na Margem Equatorial. Projetos executados pelo governo federal, ou que afetem territórios indígenas e parques nacionais, dependem de licenciamento do Ibama. Entre os empreendimentos que podem demorar

mais com a suspensão estão grandes obras de infraestrutura, como as de portos, aeroportos, estradas e usinas hidrelétricas. Além de todos os investimentos em plataformas de petróleo na costa brasileira.

A decisão vale para novas licenças prévias, licenças de instalação e licenças de operação. As licenças são necessárias dependendo da magnitude da obra ou de sua proximidade a unidades de conservação e territórios indígenas.

Em 2023, os ministérios de Minas e Energia, comandado por Alexandre Silveira, e do Meio Ambiente, de Marina Silva, pro-

tagonizaram um embate público depois que o Ibama negou uma licença ambiental para que a Petrobras explorasse um bloco de petróleo na Margem Equatorial. A região tem grande sensibilidade socioambiental por ter unidades de conservação, vasta biodiversidade marinha e estar perto de terras indígenas.

**REINDIVIDUAÇÃO SALARIAL** Os servidores do Ibama estão parados desde 3 de janeiro, para reivindicar aumento salarial, reestruturação de carreira e melhoria de benefícios como gratificação por operações e indenização por fronteira, pago aos ser-



À espera. Foz do Amazonas: licença para exploração petróleo deve demorar

vidores que se fixarem nas áreas próximas a outros países. Os funcionários da ICMBio também aderiram ao movimento. O Ibama disse que "participa ativamente das negociações com as demais instâncias do governo federal no que diz respeito às demandas dos servidores e está trabalhando para que haja um desfecho positivo e a garantia da continuidade das suas atividades". A primeira etapa da paralisação afetou as atividades de campo, como operações contra o desmatamento na Amazônia e as ações na Terra Indígena Yanomami. Um dirigente da Associação Nacional dos Servidores em Meio Ambiente, Wallace Lopes, disse que a categoria

estuda se abre uma exceção para continuar o trabalho em campo na terra Yanomami, que passará a ter presença permanente do Exército e da Polícia Federal para o combate ao garimpo ilegal.

Na terça, os servidores do licenciamento ambiental anunciaram que só vão atuar nas demandas repressadas. Segundo a carta que explica a decisão, a força de trabalho da diretoria de licenciamento foi reduzida com "a perda de servidores por aposentadoria ou pela evasão para carreiras mais atrativas".

Atualmente, há 239 servidores analistas e técnicos ambientais do núcleo de licenciamento na sede do Ibama em Brasília, e aproximadamente 130 nos núcleos estaduais. Enquanto isso, há cerca de 3,3 mil processos tramitando e que dependem de decisão técnica. Cada um desses demanda de três a 10 analistas, diz a carta. (Lucas Altino)

SABE AQUELE SITE QUE VOCÊ ENTRA FALANDO UAU! E SAI FALANDO @#%\*!?!?

Oferta velha não resolve nada.

Imóveis, veículos, empregos e muito mais na Classificados do Rio. Só ofertas atuais com fotos e navegação inteligente.



Anuncie agora via WhatsApp ou Telegram  
21 2534-4333

